ACÓRDÃO Nº. 60.008

(Processo nº. 2019/54148-7)

Assunto: APOSENTADORIA.**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTDO DO PARÁ.**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO.**Formalizador da Decisão:** Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (Art. 191, § 3º, do Regimento)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II e parágrafo único e 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1-Deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria AP nº. 254, de 26/02/2019, em favor de MARIA CARMEM ARAÚJO DE OLIVEIRA PEREIRA, no cargo de Especialista em Educação Classe II, lotada na Secretaria de Estado de Educação;

2-Recomendar ao IGPREV que promova, por apostilamento, a retificação do nome da servidora para fazer constar o nome conforme Certidão de Casamento com Averbção de Divórcio.

ACÓRDÃO Nº. 60.009

(Processo nº. 2008/52001-1)

Assunto: PENSÃO CIVIL.**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relatora:** Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Voto da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, e o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria RET PS nº. 0990, de 20/08/2009, em favor de DARLENE FREITAS GARCIA, dependente do ex-segurado Aníbal Azevedo Agrassar.

ACÓRDÃO Nº. 60.010

(Processo nº 2008/50085-2)

Assunto: PENSÃO CIVIL.**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relatora:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria PS nº 0093, de 29/03/2004, em favor de SOCORRO DE JESUS MAGNO LOBO, SUEDE MAGNO LOBO e KEMPS MAGNO LOBO, dependentes do ex-segurado Kepler da Costa Lobo Filho.

Protocolo: 517494**PORTARIA Nº 35.759, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 15, inciso III, do Regimento Interno, RESOLVE:

DISPENSAR a partir de 06/02/2020 a servidora SILVIA HELENA PESSOA BANDEIRA, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100457, da função gratificada de Gerente de Fiscalização.

DESIGNAR a partir de 06/02/2020 a servidora JULIANA LEVI ALBUQUERQUE, Auditor de Controle Externo-Direito, matrícula nº 0101481, para a função gratificada de Gerente de Fiscalização.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 521013**NOTIFICAÇÃO Nº. 05/2020**

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA, notifico o Espólio do Senhor LOURIVAL FERNANDES DE LIMA (CPF: 059.482.822-87), para que no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir desta publicação, compareça perante ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, o recolhimento do débito consubstanciado no Acórdão nº. 59.774, publicado no Diário Oficial do Estado em 13/12/2019, tendo em vista a expiração do prazo previsto no art. 202, Inciso III, alínea a do RITCE/PA.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 520912**RESOLUÇÃO Nº 19.163**

(Processo nº 2020/50278-8)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o necessário intercâmbio com as Instituições Públicas e particulares, especialmente no sentido de desenvolver uma estratégia de controle sistematizada e coordenada para a seleção de auditorias com base no risco;

Considerando a realização de estudo relativo ao aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados - Auditorias baseadas em resultados;

Considerando o Parecer nº 027/2020, da Procuradoria Jurídica de 24.01.2020, opinativo à realização do estudo supracitado;

Considerando o que dispõe o art. 12, inciso II, alínea "b" do RITCE;

Considerando, ainda, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº. 5.707, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

AUTORIZAR a Presidência a celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o TCU, IRB e Atricon para a realização de estudo relativo ao aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados: Auditorias baseadas em resultados.

Plenário Conselheiro "Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 30 de janeiro de 2020.

CITAÇÃO - Nº 023-B/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, Julival Silva Rocha, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor DOUGLAS MOACIR CAMPOS DA SILVA (CPF 563.268.902-68), Fiscal do Convênio, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2017/50676-9, que trata da Prestação de Contas do SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA, referente ao Convênio SEDAP nº 016/2015.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 024/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, Julival Silva Rocha, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o MOVIMENTO DE DEFESA DAS MULHERES ABAETETUBENSE (CNPJ 14.091.821/0001-95), na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/51523-6, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio FCPTN nº 004/2009.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 025/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, Julival Silva Rocha, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS, ESCRITORES, INTÉRPRETES E COMPOSITORES DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (CNPJ 34.670.513/0001-21), na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/51574-6, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio FCPTN nº 025/2011.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 027/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Luís da Cunha Teixeira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI (CNPJ 03.731.430/0001-71), na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/50360-1, que trata da Tomada de Contas instaurada nessa Associação, referente ao Convênio SEMA nº 003/2009.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 002/2020

ADVOGADO: MANOEL GOMES MACHADO JÚNIOR-OAB/PA Nº. 9.295 De ordem da Excelentíssima Conselheira Relatora, Maria de Lourdes Lima de Oliveira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor EDILSON DIAS BOTELHO (CPF-028.506.992-68), Prefeito à época, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2018/50055-3, que trata do Recurso de Reconsideração apresentada com a finalidade de reformular o Acórdão nº 56.838, do pedido de Rescisão nº. 2016/50029-0, relativo ao Processo nº. 2002/51281-5, concernente a Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA, referente ao Convênio SEPLAN/FDE nº. 396/2000.

Belém, 05 de fevereiro de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 520800

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO**TERMO DE APOSTILAMENTO**

A Procuradora-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e com base no § 8º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e considerando a modificação apresentada na funcional programática para o exercício 2020, resolve alterar a Dotação Orçamentária dos seguintes contratos: